

Sistema Elétrico 2011

Proposta inaceitável

A segunda rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2011/2012 dos trabalhadores do Sistema Elétrico foi decepcionante. Não houve qualquer avanço em relação às discussões anteriores e os prepostos da empresa negaram todas as cláusulas da pauta de reivindicação aprovada de forma democrática nas Assembléias das empresas.

A realidade é que estamos na estaca zero em razão do descaso da holding em relação às nossas reivindicações econômicas e sociais.

A posição dos representantes da holding deixa claro que se os trabalhadores não se mobilizarem e não forem à luta não sairemos desse impasse.

As palavras de ordem são mobilização e luta. Não dá pra engolir passivamente a negativa de todas as reivindicações e o primeiro passo nesse sentido foi a decretação de paralisação nacional de 24 horas no dia 23 de maio.

Essa paralisação é para mostrar toda a indignação dos trabalhadores diante da aparente indiferença da holding em relação a um ACT que é discutido justamente no momento em que há indícios da inflação, que atinge diretamente o bolso da classe trabalhadora.

Não dá pra aceitar o argumento neoliberal de que aumento salarial força o aumento da inflação, porque muitos dos países dito desenvolvidos praticam salários muito maiores do que os praticados no Brasil e controlam a inflação.

No período compreendido entre 1989 e 2008, a produtividade da indústria aumentou 84%, enquanto a renda média dos salários caiu 37 pontos. O Governo Lula fez a diferença, pois mostrou que apostar no aumento da massa salarial fortalece o mercado interno.

Os trabalhadores do Sistema Eletrobrás e os Sindicatos ainda apostam no diálogo, apesar da posição conservadora da holding, desde que nossa pauta de reivindicações seja atendida.

Se o Brasil quer entrar no bloco dos países mais desenvolvidos, tem que começar por valorizar sua mão de obra, considerada uma das melhores em todo o mundo.

A Assembléia de quinta-feira tem o objetivo de mobilizar a categoria e definir os próximos passos da Campanha Salarial.

Compareça e traga um companheiro de setor, mostrando que quer um ACT digno, à altura da expectativa da categoria.

Sua presença é fundamental!

Assembléia

Dia 19 de maio de 2011, às 18 horas

No auditório do Sintergia

Av. Marechal Floriano, 199/7º andar

CUT defende criação de cadastro nacional de práticas antissindicais

Em intervenção na abertura do encontro com secretários gerais e representantes da CUT nos conselhos regionais, na manhã desta segunda-feira (16), o presidente da Central, Artur Henrique, afirmou que a defesa do trabalho decente norteará as ações do movimento sindical no próximo período.

Durante o evento que busca articular e estabelecer estratégias para a ação dos conselheiros e prosseguir até terça na capital paulista (17), Artur destacou que o primeiro passo é levar a visão dos trabalhadores à 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, que ocorre em maio de 2012, em Brasília.

“Se não estivermos envolvidos nessa discussão, a bancada ruralista vai tomar o debate e discutir apenas trabalho escravo e infantil. Claro que essa questão também nos preocupa, mas nosso conceito inclui também a organização no local de trabalho, redução da jornada e igualdade de oportunidades, pautas que devem estar articuladas nessa primeira conferência do mundo do trabalho”, aponta.

Contrapartidas sociais e fiscalização – Segundo o dirigente, a CUT precisa afinar o discurso para que todos seus representantes nos conselhos nacionais defendam contrapartidas sociais a quem pleiteia recursos vindos de órgãos como o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). “Essa contrapartida não deve vir apenas em forma de ampliação da geração de empregos, mas da criação de vagas que levem em conta critérios como o emprego decente, o respeito ao meio-ambiente e à organização no local de trabalho.”

Em relação a esse último aspecto, o presidente cutista acredita que é necessária a articulação com os ramos para estabelecer um cadastro que aponte quais empresas mantêm práticas antissindicais. Estar fora dessa “lista suja” seria uma das exigências para conseguir a liberação do crédito.

O mesmo critério vale para os conselheiros que participam de fundos de pensão de funcionários de estatais como Previ (Banco do Brasil) e Petros. “Queremos exercer outro papel social além de garantir maior retorno às aposentadorias. Não se trata de

fazer assistencialismo utilizando os fundos de pensão, mas de definir como os recursos são investidos, se em empresas que possuem responsabilidade social e ambiental, com respeito aos trabalhadores”, ressalta, acrescentando que o processo de democratização exige do governo oferecer condições como o acesso à informação e infraestrutura para que os conselheiros possam participar das reuniões convocadas.

Ampliar a democracia, aprofundar a representatividade

Ao citar os representantes da CUT que integram o conselho do chamado sistema “S”, Artur indicou a urgência de discutir o conteúdo ministrado. “Ao contrário de outras entidades, que quando se fala em sistema “S” já pensam em gerir projeto para enfiar R\$ 300, R\$ 400, R\$ 500 milhões no bolso, nós queremos é tratar do conteúdo. E também debater com os representantes dos empresários se os cursos propostos dialogam com a vocação regional, questionar porque o custo-aluno é tão maior do que nas universidades federais.”

Além de mencionar a necessidade de aumentar a inclusão dos trabalhadores na discussão sobre o PPA (Plano Plurianual), que define as diretrizes a serem seguidas pelo governo federal nos próximos quatro anos, ele também criticou o formato da câmara criada recentemente pela presidenta Dilma Rousseff para discutir o setor público. “Participam os ministros da Casa Civil, Fazenda, Planejamento e Desenvolvimento, Indústria e Comércio e os empresários Jorge Gerdau, Abílio Diniz, Antônio Maciel Neto e o Henri Reichstul, presidente da Petrobrás durante a gestão de FHC e que queria vender a empresa. Não há nenhum servidor público ou especialista em serviço público. Sabemos o que esses empresários querem tratar: eficiência, que na linguagem deles significa redução de gastos.”

Por fim, o dirigente definiu qual papel a Central deve exercer para que as mudanças ocorram. “Devemos garantir que a CUT não seja apenas das capitais e grandes cidades. Nossa missão fundamental é investir nos sindicatos de base e nas estaduais para discutir o fortalecimento da democracia”, afirmou.

Escrito por: Luiz Carvalho